

PARECER JURÍDICO

EMENTA. ADMINISTRATIVO. CONTRATOS E LICITAÇÕES PÚBLICAS. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2023. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BIODIGESTORES, DESTINADO A ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. PARECER PELO NÃO PROVIMENTO. PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO.

1. Trata-se do **processo licitatório 69/2023 – Pregão Presencial nº 027/2023**. Registro de preços para futura e eventual aquisição de Biodigestores, destinado a atendimento da necessidade da secretaria de Agricultura.

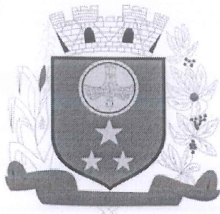
Após a fase competitiva, foi verificada a regularidade da documentação da licitante melhor classificada, sendo constatado que a empresa **SANEAR BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**, não cumpriu todas as exigências editalícias, pois não apresentou Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, com pesquisa não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a abertura dos envelopes, sendo considerada, portanto, inabilitada.

2. Aberto prazo de recurso de 03 (três) dias úteis, a empresa **SANEAR BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.**, apresentou recurso, alegando, em síntese, que apresentou a Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial dentro do prazo de 90 (noventa) dias, sendo que o Edital previa 60 (sessenta) dias. Alegou, também, que por se tratar de documento de consulta pública e de fácil acesso em sítios oficiais de internet, o ilustre pregoeiro poderia/deveria ter consultado o sítio oficial do órgão expedidor da referida Certidão.

3. Indo ao mérito, tem-se que o Edital, no Título IX, item 5 e 7, diz o seguinte:

5- A apresentação dos documentos em desacordo com o previsto neste título ou a sua ausência inabilitará o licitante.

7- As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

Estado de Minas Gerais / CNPJ: 18.114.272/0001-88

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, rege todo o processo licitatório, onde a Administração Pública deve consolidar as regras de regência do processo da contratação pública em um único documento denominado edital da licitação ou instrumento convocatório; e, ao editar esta regra, estará imediatamente submetida a ela, devendo assegurar o seu integral cumprimento pelos licitantes e contratados, que a ela também devem respeito.

Certo é que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital.

Nessa ótica, a Lei nº8666/93 em diversos dispositivos se refere a este princípio. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

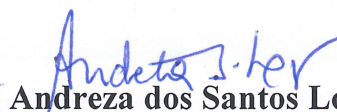
[...]

XI – a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor.

4. Enfim, pelo exposto, conclui-se pelo **acerto** e pela **manutenção** da decisão do Pregoeiro e da sua equipe de apoio, pelo **não provimento** do *Recurso* do *Recorrente* e pelo seguimento da licitação, com prosseguimento dos atos subsequentes ao certame.

É o **parecer**, salvo melhor entendimento, para a apreciação do senhor Pregoeiro e da sua equipe de apoio. Se não provido o *Recurso* e mantida a decisão, subam os autos para prosseguimento.

Prefeitura Municipal de DIVINO, 13 de junho de 2023.


Andreza dos Santos Logão

OAB/MG 169.840